

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.969 - MG (2018/0315550-9)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

**AGRAVANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROCURADORE : MARIA APARECIDA DOS SANTOS - MG039214**

**S**

LINCOLN GUIMARAES HISSA - MG048886

PATRÍCIA MOTA VILAN - MG076005

RAQUEL CORRÊA DA SILVEIRA GOMES - MG075445

VALÉRIA DUARTE COSTA PAIVA E OUTRO(S) -  
MG088339

BRUNO BORGES DA SILVA - MG114032

**AGRAVADO : ALEXANDRA PEREIRA SOARES QUARESMA**

**ADVOGADOS : LEONARDO JOSE SANTANA BISPO - MG104617**

GILMARA APARECIDA DE CASTRO E OUTRO(S) -  
MG096833

ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI - MG075853

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DEVER DE RECOLHER O FGTS EM RAZÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR POSTERIORMENTE DECLARADA NULA. DIREITO À PERCEPÇÃO DO FGTS RECONHECIDA PELO STF. TEMA N. 191. CONTRATAÇÃO SEM OBSERVÂNCIA DE CONCURSO PÚBLICO GERA O DIREITO DE PERCEPÇÃO DO FGTS. TEMA N. 308. TEMA N. 916. NULIDADE DA CONTRAÇÃO FAZ NASCER O DIREITO AO FGTS. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO RECONHECIDA PELO TJMG.

I - Na origem se trata de ação de cobrança em desfavor do Estado de Minas Gerais objetivando a declaração da nulidade dos contratos administrativos e a declaração de direito ao recebimento do FGTS, bem como o pagamento do FGTS referente aos últimos 5 anos anteriores à propositura da ação. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi mantida.

II - Discute-se nos autos o dever de recolher o FGTS em razão de contratação temporária de professor posteriormente declarada nula.

III - Quanto a esta matéria, observa-se que as diversas manifestações do STF seguiram a ótica de reconhecer o direito à percepção do FGTS quando declarada a nulidade da contratação efetuada pela administração pública, como na hipótese dos autos.

IV - Ao julgar o Tema n. 191, a Suprema Corte consignou que a contratação sem observância de concurso público geraria o direito de percepção do FGTS. A propósito: RE

n. 596.478, Relator p/ Acórdão: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 13/6/2012, repercussão geral – mérito DJe-040, divulgado em 28/2/2013, publicado em 1º/3/2013 EMENT VOL-02679-01 PP-00068.

V - Ao julgar o Tema n. 308, a conclusão foi a mesma: contratação sem observância da regra de concurso público gera direito à percepção de FGTS. Eis a ementa do julgado: RE n. 705.140, Relator Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 28/8/2014, acórdão eletrônico repercussão geral – mérito DJe-217, divulgado em 4/11/2014, publicado em 5/11/2014.)

VI - O julgado no Tema n. 916 ampliou a situação jurídica que legitima a percepção de FGTS, deixando claro que a contratação temporária, quando deixa de observar os preceitos constitucionais de regência (art. 37, IX, da CF), torna a contratação nula e autoriza o levantamento da citada rubrica. A ementa do julgado: RE n. 765.320 RG, Relator Min. Teori Zavascki, julgado em 15/9/2016, processo eletrônico repercussão geral – mérito DJe-203, divulgado em 22/9/2016, publicado em 23/9/2016.)

VII - Em quaisquer das situações jurídicas descritas, é a nulidade da contratação que faz nascer o direito ao FGTS. Na espécie, a nulidade da contratação foi reconhecida pelo TJMG, visto que o ente estadual promulgou lei com o intuito de burlar o requisito da prévia aprovação em concurso público, conforme se infere do acórdão.

VIII - Consoante se observa dos autos (fls. 1-3), a autora foi designada para exercer a função de professora, sendo efetivada nos termos do art. 7º da Lei Complementar Estadual n. 100. A relação objeto da presente demanda é, por conseguinte, tipicamente jurídico-administrativa, decorrente de lei, que veio a ser reconhecida inconstitucional.

IX - Este também tem sido o entendimento dominante neste Superior Tribunal, bem assim da Vice-Presidência desta Corte ao negar seguimento aos recursos extraordinários interpostos contra as decisões do STJ. (RE nos EDcl no AgInt no Recurso Especial n. 1.661.167 - MG (2017/0059703-0), Relator : Ministro Humberto Martins, publicada em 12/3/2018. No mesmo sentido: AgInt no REsp n. 1.682.643/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 10/4/2018, DJe 13/4/2018; AgInt no AREsp n. 822.252/MT, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 29/8/2016; REsp n. 1.517.594/ES, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 12/11/2015.

X - No mesmo sentido o parecer do d. Ministério Público Federal, *verbis* (fls. 518): 4. Merece prosperar o recurso

especial. 5. É entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, esposado no julgamento do REsp n. 1.110.848/RN, submetido ao rito dos recursos repetitivos, que “a declaração de nulidade do contrato de trabalho em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em prévio concurso público, consoante previsto no art. 37, II, da CF/88, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando, para o trabalhador, o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada ao FGTS.”(Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 24/6/2009, Dje 3/8/2009). 6. O mesmo raciocínio aplica-se ao caso concreto, em que houve a declaração de nulidade do contrato temporário, em razão da contrariedade ao inciso 37, IX, da Constituição.

XI - Agravo interno improvido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator